

economia

Ativos da CEEE Equatorial mais que dobram em 5 anos

Valor aumentou de R\$ 2,9 bilhões para R\$ 6,2 bilhões no período

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Quando assumiu, em 2021, a gestão do braço de distribuição de energia da CEEE, o Grupo Equatorial havia afirmado que a estrutura da então estatal apresentava problemas, e seriam necessários robustos aportes para recuperá-la. O diretor-presidente da concessionária, Riberto Barbanera, comenta que a base de ativos elétricos da empresa à disposição do cliente, como subestações e redes, quando da sua privatização, era na ordem de R\$ 2,9 bilhões e agora está na casa de R\$ 6,2 bilhões.

Com um aporte de R\$ 3,8 bilhões da Equatorial na concessão, feito em cinco anos, o dirigente detalha que, descontando mais outras depreciações, chega-se a essa atual base de ativos de mais de R\$ 6 bilhões. “Isso permite melhorar a qualidade do serviço da concessionária”, resume Barbanera. Somente para 2026, a projeção da companhia é de um investimento de cerca de R\$ 1 bilhão.

O diretor-presidente da CEEE Equatorial aponta que os recursos têm sido empregados em ações como a expansão na rede elétrica, modernização de equipamentos, automação do sistema elétrico, renovação da frota e eficiência energética. Somente em ampliação de rede, foram cerca de 5 mil quilômetros. Ele lembra ainda que a



TÂNIA MEINERZ/JC

Direção da empresa fez prestação de contas no Palácio Piratini

Equatorial assumiu a CEEE com mais de 600 mil postes de madeira e 125 mil desses postes já foram substituídos por unidades de concreto.

Quanto à frente de trabalho, entre trabalhadores próprios e terceirizados, Barbanera informa que em 2021 a distribuidora contava com em torno de 3,9 mil pessoas e agora são aproximadamente 7,9 mil colaboradores. Nesta quinta-feira, a CEEE Equatorial apresentou, no Palácio Piratini, um balanço dos principais investimentos e de obras realizadas. Além do seu diretor-presidente, estiveram presentes no encontro o governador Eduardo Leite, a secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura, Marjorie Kauffmann, e o CEO do Grupo Equatorial, Augusto Miranda.

Na ocasião, Leite salientou que a decisão da privatização da CEEE,

tomada pelo Poder Executivo, foi chancelada pela Assembleia Legislativa. Ele recorda ainda que a empresa tinha uma dívida bilionária e não conseguia repassar os valores devidos em ICMS, o que afetava também a capacidade de investimentos do setor público. Já o CEO do Grupo Equatorial salienta que o grupo possui sete distribuidoras de energia, sendo o terceiro maior grupo no País quanto a número de clientes: 34 milhões. Miranda enfatiza que falou para o conselho do grupo que o “Rio Grande do Sul é um estado que a gente pode acreditar”. No entanto, o executivo admite que não pensava que as adversidades com as intempéries climáticas seriam tão intensas. Para a secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura, o Rio Grande do Sul tem evoluído na questão da resiliência aos efeitos climáticos.

Pior colocada em ranking, empresa espera avançar

Apesar de demonstrar melhoras nos seus indicadores de qualidade, a CEEE Equatorial figurou como a pior colocada no ranking divulgado neste ano pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) das distribuidoras de grande porte quanto ao desempenho no fornecimento de energia elétrica em 2025. Porém, o diretor-presidente da concessionária gaúcha, Riberto Barbanera, espera por uma melhor posição já em 2027, quando será publicado o próximo levantamento.

De acordo com dados da Aneel, os indicadores de qualidade de atendimento da concessionária têm evoluído em relação ao

seu próprio desempenho com o passar do tempo. Para fazer essa apuração, o órgão regulador leva em consideração dois principais indicadores: o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - tempo que, em média, no período de observação, cada unidade consumidora ficou sem energia elétrica) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - número de interrupções ocorridas, em média, no período de observação).

No ano passado, o DEC apurado pela CEEE Equatorial foi de 9,84 horas contra um limite regulatório de 8,24 horas. Já o FEC

constatado foi de 4,47 interrupções contra um teto de 5,79. Ou seja, um dos indicadores dentro do estipulado e o outro não. Em 2020, quando ainda era estatal, a distribuidora verificou um DEC de 20 horas, para um limite de 10,60 horas, e um FEC de 9,92 interrupções, para 7,69 de teto. O diretor-presidente da CEEE Equatorial lembra que, nos primeiros cinco anos da assinatura do acordo de concessão (que foi firmado em 2021), não é o limite regulatório que necessariamente precisa ser cumprido, e sim o que determina o contrato. Dentro dessa avaliação, o dirigente afirma que a concessionária tem atendido ao que é pedido.

Brasil tem janela de 3 anos para se tornar competitivo em data centers

/ TECNOLOGIA

O Brasil tem uma janela de oportunidade de três anos para conseguir se tornar competitivo no mercado internacional de data centers a ponto de bater de frente com grandes players do setor, como os Estados Unidos. A avaliação é do vice-presidente sênior de Desenvolvimento Corporativo e Fusões e Aquisições da Scala Data Centers, Luciano Fialho.

Segundo ele, a oportunidade vem da limitação momentânea que passam países como os EUA e os europeus com restrição de crescimento dada a limitação energética para sua expansão.

“Há uma janela de oportunidade de três anos. É a fila de conexão nos Estados Unidos e na Europa. Para você conseguir conectar um data center na infraestrutura energética, precisa de cinco a sete anos. Nos próximos três anos, haverá um gap de processamento. Se isso se confirmar, essa demanda precisa ser processada em algum outro lugar. Aí entra a oportunidade do Brasil”, disse.

Para isso, afirma, o setor precisa se movimentar “imediatamente” para ter tempo de atrair investimentos estrangeiros e garantir seu espaço entre mercados já consolidados. Caso contrário, a oportunidade se perde. “Para eu entregar alguma coisa daqui a dois, três anos, tem que começar hoje.”

Na avaliação do executivo, a competição é global e envolve um grupo restrito de países capazes de receber grandes investimentos em infraestrutura digital.

Segundo ele, caso o Brasil não avance rapidamente na criação de um ambiente competitivo, os recursos podem ser direcionados para outros mercados emergentes que disputam os mesmos

projetos, como a Argentina e o Paraguai.

A defesa do setor é que ainda há falta de um “senso de urgência” entre Executivo, Legislativo e a sociedade civil sobre quais serão os prejuízos do Brasil caso perca a oportunidade. Na lista, estaria o risco da perda de autonomia digital.

Para Charles Schramm, gerente executivo da FGV Projetos, que elaborou o estudo “Potenciais Impactos Socioeconômicos da Consolidação do Brasil como Hub Internacional de Infraestrutura Digital na Era da Inteligência Artificial” e constatou que um data center de 100 megawatts (MW) é suficiente para acrescentar ao PIB brasileiro um total de R\$ 1,5 bilhão, ainda se faz necessário que haja consciência de “unidade” acerca da pauta de data centers.

“Precisa de um senso de urgência. E não pode mais ser de cada parte, nem individual de cada setor. Precisa ser compreendido que a pauta de data centers é essencial a todos e que a fragmentação não é nova nem benéfica”, disse.

Fialho afirma que a demora na adoção de medidas para ampliar a competitividade do País pode resultar não apenas na perda de investimentos, mas também no aumento da dependência brasileira de infraestrutura digital instalada no exterior.

Segundo ele, atualmente uma parcela relevante dos dados consumidos no Brasil é armazenada fora do País, principalmente nos Estados Unidos.

“O Brasil importa serviços de infraestrutura digital. Se não fizermos essa infraestrutura aqui, outros países vão processar inclusive a demanda brasileira”, afirmou.

PUBLICIDADE LEGAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINFLUMAR/RS

EDITAL

A Comissão encarregada de coordenar e dirigir os atos relativos ao processo eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais do Rio Grande do Sul - SINFLUMAR, CONVOCA os ASSOCIADOS da Entidade, em condições e aptos ao exercício do voto, de acordo com a norma estatutária, para o **processo de votação** que irá se realizar nos **dias 28, 29 e 30 de julho de 2026**, no horário **das 8:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30 horas**. A coleta dos votos será feita de forma virtual e presencial, ao que denominamos “SEMI-VIRTUAL”; será disponibilizada 01 URNA física localizada na sede do Sindicato, na Rua General Câmara, nº 413 conjuntos 03 e 04, na cidade de Porto Alegre/RS e também será enviado um link para votação online que será disponibilizado a todos os associados em condições de votar que não possam comparecer presencialmente no Sindicato para exercer seu voto através da urna física. O prazo para registro de chapas é de 10(dez) dias após a publicação deste edital, encerrando no dia 30 de julho de 2026. O horário de funcionamento da Secretaria do Sindicato, para orientação aos associados e candidatos acerca do processo e documentação necessária ao exercício do voto e registro de chapas é das 8:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30 horas de segunda à sexta-feira, em se tratando de inscrição de chapa única, fica dispensado o processo de votação e escrutínio, caso em que a votação se dá por aclamação em AGE, conforme art. 42 - Parágrafo Único da Norma Estatutária vigente. Porto Alegre, 17 de julho de 2026.

COMISSÃO ELEITORAL